RESUMO EXPANDIDO - III. PESQUISA CIENTÍFICA RELACIONADA ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS

ABORDAGEM DA DECOLONIALIDADE NO ENSINO EM ENFERMAGEM: REVISÃO DE ESCOPO

Paulo André Alves Nascimento (andrebrazil0902@gmail.com)

Vítor Da Silva Rocha (2710vitor@gmail.com)

Thallison Santos (thallisonsantos1@gmail.com)

João André Tavares Álvares Da Silva (joaoandretavares@gmail.com)

Matheus Gomes Nascimento (matheusgnenf@gmail.com)

Kenia Lara Da Silva (kenialara17@gmail.com)

INTRODUÇÃO: A decolonialidade tem como premissa repensar saberes e práticas que começam e se sustentam a partir da invasão colonial. Assim, tal conceito se estabelece como uma crítica que permite a visualização e a desestruturação das relações hierárquicas de raça, gênero e classe que moldam a vida, o pensamento, a espiritualidade e a saúde de inúmeros povos (Mignolo; Walsh, 2018). Nessa dinâmica, a colonialidade está presente no campo da produção científica e nas escolas, sendo transpassada por meio de currículos. Os currículos, explícitos e implícitos, delegam quais grupos são

representados e quais são totalmente excluídos, assim como ditam quais conhecimentos são legítimos e quais são ilegítimos, estabelecendo noções de raça, classe, gênero e sexualidade, forçando subjetividades à reprodução da lógica colonial (Gomes, 2018). A enfermagem encontra-se inserida nas dinâmicas historicamente estruturadas advindas do eurocentrismo, colonialismo e racismo, de modo a influenciar sua prática, discurso e ensino (Sweet; Hawkins, 2015; Georges, 2003). A partir disso, faz-se necessário compreender como o ensino em enfermagem responde à colonialidade se baseando no pensamento decolonial, de forma a entender a sua contribuição para a estrutura e prática do ensino.

OBJETIVOS: Analisar as abordagens da decolonialidade no ensino superior em enfermagem.

MÉTODOS: O estudo utilizou-se de uma revisão de escopo, que foi estruturada de acordo com o Guia Internacional PRISMA-ScR com a pergunta de pesquisa, utilizando a estratégia PCC: “Qual a abordagem da decolonialidade (conceito) na educação profissional (contexto) de enfermeiros e enfermeiras (população)?”. As bases escolhidas foram Web of Science, Scopus, BVS/LILACS, Embase, Medline via Pubmed e PsycINFO. Utilizaram-se diferentes combinações de descritores, de acordo com as especificidades e operadores booleanos de cada base, incluindo termos como: decolonização, antirracismo, etnocentrismo, feminismo e anti opressão. Tais descritores derivaram do repertório teórico e experiencial dos pesquisadores, reconhecendo a natureza emergente e multifacetada do conceito de decolonialidade. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos estudos foram: serem artigos, dissertações, teses, monografias ou livros disponíveis na íntegra; abordarem a formação na graduação de Enfermagem e abordarem a temática da decolonialidade. A triagem dos artigos foi realizada de forma independente, no software Rayyan, por dois revisores em duas etapas: avaliação de títulos e resumos, seguida pela leitura na íntegra para confirmação de elegibilidade. Quaisquer discordâncias foram solucionadas por consenso ou por um terceiro revisor.

RESULTADOS: A busca resultou em 1.098 publicações para triagem e como resultado final, após aplicação dos critérios, obteve 37 estudos. Para sistematizar a diversidade das abordagens, foi adotado interconexão de seis fatores: coletividade situada, pautada na descrição dos sujeitos envolvidos e seus lugares de fala; objetivos educacionais; referenciais teóricos; grupos-alvo; provimentos, sendo esses os meios necessários para que as estratégias educacionais pudessem ser implementadas; e modelos de intervenção, sendo esse o núcleo conceitual-operativo das abordagens e sua principal expressão metodológica. Apenas um artigo evidenciou a posicionalidade situada dos autores, apresentando-os e reconhecendo seus benefícios a partir de políticas colonizadoras que deslocam comunidades indígenas. Como objetivo, combater o racismo/antirracismo aparece em primeiro lugar (23,6%), seguido por desenvolver segurança cultural (19,1%) e mudar/adaptar o currículo (15,7%). O referencial teórico mais utilizado é, nomeadamente, o Pensamento Decolonial (n = 16, 29%), seguido de Segurança Cultural (n = 10, 18%) e Pedagogia Antirracista (n = 7, 12%). 30 estudos nomearam os grupos-alvo das abordagens de ensino, sendo povos indígenas os predominantes (n = 14, 47%), seguidos por pessoas não-brancas (n = 7, 23%) e pessoas negras (n = 4, 13%). Assim, o foco em grupos racializados traduz um reconhecimento crítico dos corpos e territórios historicamente subalternizados pelas práticas coloniais e, portanto, constitui um elemento fundante das pedagogias decoloniais que ao ser atrelado aos objetivos e os referenciais, torna-se possível ver o reflexo da própria constituição histórica da colonialidade, na qual a raça opera como um eixo estruturante das formas de dominação, exclusão e produção do saber (Quijano, 2005). Ao categorizar os provimentos, a necessidade de mudança curricular aparece em 18,9% (n=7) dos textos, emergindo como uma maneira de institucionalizar as abordagens decoloniais. Como estratégias para efetivar tal transformação, há a confecção de diretrizes estruturantes, por meio de análise histórica, uso de contra-narrativas, competência estrutural e autoetnografia crítica e reflexividade por meio de framework. Para além da revisão curricular, faz-se necessário a regulamentação acadêmica com definição de competências e padrões curriculares antirracistas. Em 5% (n=2), a parceria com comunidades locais surge sendo como colaboração para elaboração do currículo e outro para o desenvolvimento de conhecimento a partir de parcerias com povos indígenas

e grupos marginalizados. Os termos categorizados enquanto modelos de intervenção definem o foco principal e a estrutura da abordagem, funcionando como um princípio operativo organizador, sendo eles: curricular, seguido por aprendizagem, programa universitário, formação docente e institucional. Alguns textos possuíam mais de um modelo. No curricular, representando 56,5% (n = 26) dos modelos citados, o currículo é tratado como o principal objeto de intervenção, de forma direta, como propor ou realizar mudança curricular, ou de forma indireta, como criar disciplinas, cursos e workshops para trabalhar a decolonialidade. Na aprendizagem (n = 8, 17,3%), alguns artigos trazem abordagens pedagógicas específicas como a Aprendizagem em Serviço e em Comunidades, a Aprendizagem Afetiva, a Aprendizagem Relacional e a Aprendizagem Colaborativa e apesar de suas origens teóricas distintas, todas convergem ao reconhecer que a aprendizagem se constitui fundamentalmente na relação com o outro. Em programas universitários (n = 7, 15,2%), foram englobadas iniciativas como a criação ou manutenção de ferramentas universitárias para além de diretrizes curriculares e processos aplicados diretos em salas de aula, como projetos de extensão, mentorias, formação de comitês e fóruns. Na formação docente (n = 4, 8,7%), o foco residiu na capacitação e desenvolvimento do corpo docente, reconhecendo a necessidade de prepará-los para implementar os novos currículos e lidar com as complexidades das temáticas decoloniais. No modelo institucional (n = 2,1%), o foco foi a transformação das práticas de gestão institucional para sustentar as mudanças de paradigma.

CONCLUSÃO: A decolonialidade no ensino em enfermagem apresenta abordagens multifacetadas. Tais abordagens tendem a priorizar o antirracismo, posicionando raça como eixo estruturante e isso, ainda que necessário, pode evidenciar a dificuldade de incorporar perspectivas interseccionais, como classe, gênero e sexualidade. O debate curricular decolonial segue sendo ancorado por paradigmas que silenciam saberes indígenas, afrodiaspóricos e comunitários. Assim, na realidade, mesmo quando as estratégias curriculares são anunciadas como decoloniais, elas operam dentro de um projeto epistêmico que privilegia reformas superficiais e não alcança disputas mais profundas sobre redistribuição de poder e transformação estrutural. Sendo assim, há a

necessidade de reformulação sistêmica das condições de produção do conhecimento nos níveis de planejamento educacional, abarcando diretrizes estruturantes do ensino da profissão, de planejamento institucional, focando em mudanças de paradigmas gerenciais, do planejamento curricular, por meio de transformações curriculares com construção coletiva. Essas mudanças devem reconhecer e valorizar as vozes e os saberes de povos indígenas, pessoas marginalizada e outras cosmovisões no planejamento do ensino-aprendizagem, abarcando processos relacionais dos discentes tanto dentro de sala de aula, com seus pares e com docentes capacitados na complexidade das temáticas, quanto na vivência prática, diante da necessidade de articulação da práxis decolonial.

REFERÊNCIAS:

1. GEORGES, Jane M. An emerging discourse: toward epistemic diversity in nursing. Advances in Nursing Science, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 44–52, 2003. DOI: 10.1097/00012272-200301000-00007. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12611429/. Acesso em: 22 jul. 2024.

2. GOMES, Nilma L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: Decolonialidade e pensamentos afrodiaspóricos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 247-275.

3. MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. On decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis. Duke University Press, Durham, 2018.

4. SWEET, H.; HAWKINS, S. Introduction: Contextualising Colonial and Post-Colonial Nursing. In: SWEET, H.; HAWKINS, S (org.). Colonial Caring: A History of Colonial and Post-Colonial Nursing. Manchester: Manchester University Press, 2015, pp. 1–17. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/j.ctt18dzrdn.6. Acesso em: 22 jul. 2024.

5. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, vol único, p. 55-68, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

Abordaje de la decolonialidad en la enseñanza de enfermería: revisión de alcance

INTRODUCCIÓN: La decolonialidad tiene como premisa repensar saberes y prácticas que comienzan y se sustentan a partir de la invasión colonial. Así, tal concepto se establece como una crítica que permite la visualización y la desestructuración de las relaciones jerárquicas de raza, género y clase que moldean la vida, el pensamiento, la espiritualidad y la salud de innumerables pueblos (Mignolo; Walsh, 2018). En esta dinámica, la colonialidad está presente en el campo de la producción científica y en las escuelas, siendo transmitida por medio de los currículos. Los currículos, explícitos e implícitos, delegan qué grupos son representados y cuáles son totalmente excluidos, así como dictan qué conocimientos son legítimos y cuáles son ilegítimos, estableciendo nociones de raza, clase, género y sexualidad, forzando subjetividades a la reproducción de la lógica colonial (Gomes, 2018). La enfermería se encuentra inserta en las dinámicas históricamente estructuradas derivadas del eurocentrismo, el colonialismo y el racismo, de modo que influencian su práctica, discurso y enseñanza (Sweet; Hawkins, 2015; Georges, 2003). A partir de esto, se hace necesario comprender cómo la enseñanza en enfermería responde a la colonialidad basándose en el pensamiento decolonial, de forma que se entienda su contribución a la estructura y práctica de la enseñanza.

OBJETIVOS: Analizar los enfoques de la decolonialidad en la educación superior en enfermería.

MÉTODOS: El estudio utilizó una revisión exploratoria (scoping review), que fue estructurada de acuerdo con la Guía Internacional PRISMA-ScR con la

pregunta de investigación, utilizando la estrategia PCC: "¿Cuál es el enfoque de la decolonialidad (concepto) en la educación profesional (contexto) de enfermeros y enfermeras (población)?". Las bases elegidas fueron Web of Science, Scopus, BVS/LILACS, Embase, Medline vía Pubmed y PsycINFO. Se utilizaron diferentes combinaciones de descriptores, de acuerdo con las especificidades y operadores booleanos de cada base, incluyendo términos como: decolonización, antirracismo, etnocentrismo, feminismo y antiopresión. Tales descriptores derivaron del repertorio teórico y experiencial de los investigadores, reconociendo la naturaleza emergente y multifacética del concepto de decolonialidad. Los criterios de inclusión definidos para la selección de los estudios fueron: ser artículos, disertaciones, tesis, monografías o libros disponibles en su totalidad; abordar la formación en el pregrado de Enfermería y abordar la temática de la decolonialidad. La selección de los artículos fue realizada de forma independiente, en el software Rayyan, por dos revisores en dos etapas: evaluación de títulos y resúmenes, seguida por la lectura íntegra para la confirmación de elegibilidad. Cualquier discordancia fue solucionada por consenso o por un tercer revisor.

RESULTADOS: La búsqueda resultó en 1.098 publicaciones para su selección y como resultado final, tras la aplicación de los criterios, se obtuvieron 37 estudios. Para sistematizar la diversidad de los enfoques, se adoptó la interconexión de seis factores: colectividad situada, pautada en la descripción de los sujetos involucrados y sus lugares de enunciación; objetivos educacionales; referentes teóricos; grupos objetivo; provisiones, siendo estos los medios necesarios para que las estrategias educacionales pudieran ser implementadas; y modelos de intervención, siendo este el núcleo conceptual-operativo de los enfoques y su principal expresión metodológica. Apenas un artículo evidenció la posicionalidad situada de los autores, presentándolos y reconociendo sus beneficios a partir de políticas colonizadoras que desplazan comunidades indígenas. Como objetivo, combatir el racismo/antirracismo aparece en primer lugar (23,6%), seguido por desarrollar seguridad cultural (19,1%) y cambiar/adaptar el currículo (15,7%). El marco teórico más utilizado es, específicamente, el Pensamiento Decolonial (n = 16, 29%), seguido de la Seguridad Cultural (n = 10, 18%) y la Pedagogía Antirracista (n = 7, 12%). 30

estudios nombraron a los grupos objetivo de los enfoques de enseñanza, siendo los pueblos indígenas los predominantes (n = 14, 47%), seguidos por personas no blancas (n = 7, 23%) y personas negras (n = 4, 13%). Así, el enfoque en grupos racializados traduce un reconocimiento crítico de los cuerpos y territorios históricamente subalternizados por las prácticas coloniales y, por lo tanto, constituye un elemento fundacional de las pedagogías decoloniales que, al ser vinculado a los objetivos y referentes, hace posible ver el reflejo de la propia constitución histórica de la colonialidad, en la cual la raza opera como un eje estructurante de las formas de dominación, exclusión y producción del saber (Quijano, 2005). Al categorizar las provisiones, la necesidad de cambio curricular aparece en el 18,9% (n=7) de los textos, emergiendo como una manera de institucionalizar los enfoques decoloniales. Como estrategias para hacer efectiva tal transformación, se encuentra la elaboración de directrices estructurantes, por medio de análisis histórico, uso de contranarrativas, competencia estructural y autoetnografía crítica y reflexividad a través de un marco de trabajo. Más allá de la revisión curricular, se hace necesaria la regulación académica con la definición de competencias y estándares curriculares antirracistas. En el 5% (n=2), la asociación con comunidades locales surge como colaboración para la elaboración del currículo y otro para el desarrollo de conocimiento a partir de asociaciones con pueblos indígenas y grupos marginados. Los términos categorizados como modelos de intervención definen el foco principal y la estructura del enfoque, funcionando como un principio operativo organizador, siendo ellos: curricular, seguido por aprendizaje, programa universitario, formación docente e institucional. Algunos textos poseían más de un modelo. En el curricular, representando el 56,5% (n = 26) de los modelos citados, el currículo es tratado como el principal objeto de intervención, de forma directa, como proponer o realizar un cambio curricular, o de forma indirecta, como crear asignaturas, cursos y talleres para trabajar la decolonialidad. En el aprendizaje (n = 8, 17,3%), algunos artículos presentan enfoques pedagógicos específicos como el Aprendizaje en Servicio y en Comunidades, el Aprendizaje Afectivo, el Aprendizaje Relacional y el Aprendizaje Colaborativo y, a pesar de sus orígenes teóricos distintos, todos convergen al reconocer que el aprendizaje se constituye fundamentalmente en la relación con el otro. En programas universitarios (n = 7, 15,2%), se

englobaron iniciativas como la creación o mantenimiento de herramientas universitarias más allá de las directrices curriculares y los procesos aplicados directamente en las aulas, como proyectos de extensión, mentorías, formación de comités y foros. En la formación docente (n = 4, 8,7%), el foco residió en la capacitación y desarrollo del cuerpo docente, reconociendo la necesidad de prepararlos para implementar los nuevos currículos y lidiar con las complejidades de las temáticas decoloniales. En el modelo institucional (n = 2,1%), el foco fue la transformación de las prácticas de gestión institucional para sustentar los cambios de paradigma.

CONCLUSIÓN: La decolonialidad en la enseñanza en enfermería presenta enfoques multifacéticos. Tales enfoques tienden a priorizar el antirracismo, posicionando la raza como eje estructurante y esto, aunque necesario, puede evidenciar la dificultad de incorporar perspectivas interseccionales, como clase, género y sexualidad. El debate curricular decolonial sigue estando anclado por paradigmas que silencian los saberes indígenas, afrodiaspóricos y comunitarios. Así, en la realidad, incluso cuando las estrategias curriculares son anunciadas como decoloniales, operan dentro de un proyecto epistémico que privilegia reformas superficiales y no alcanza disputas más profundas sobre la redistribución de poder y la transformación estructural. Siendo así, existe la necesidad de una reformulación sistémica de las condiciones de producción del conocimiento en los niveles de planificación educacional, abarcando directrices estructurantes de la enseñanza de la profesión; de planificación institucional, enfocándose en cambios de paradigmas gerenciales; y de planificación curricular, a través de transformaciones curriculares con construcción colectiva. Estos cambios deben reconocer y valorar las voces y los saberes de los pueblos indígenas, personas marginadas y otras cosmovisiones en la planificación de la enseñanza-aprendizaje, abarcando procesos relacionales de los discentes tanto dentro del aula, con sus pares y con docentes capacitados en la complejidad de las temáticas, como en la vivencia práctica, ante la necesidad de articulación de la praxis decolonial.

REFERENCIA:

1. GEORGES, Jane M. Un discurso emergente: hacia la diversidad epistémica en enfermería. Advances in Nursing Science, [S. l.], vol. 26, n. 1, pp. 44–52, 2003. DOI: 10.1097/00012272-200301000-00007. Disponible en: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12611429/. Consultado el: 22 jul. 2024.

2. GOMES, Nilma L. El Movimiento Negro y la intelectualidad negra descolonizando los currículos. En: Decolonialidad y pensamientos afrodiaspóricos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 247-275.

3. MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. Sobre la decolonialidad: Conceptos, Analíticas, Praxis. Duke University Press, Durham, 2018.

4. SWEET, H.; HAWKINS, S. Introducción: Contextualizando la enfermería colonial y poscolonial. En: SWEET, H.; HAWKINS, S. (eds.). Cuidado colonial: Una historia de la enfermería colonial y poscolonial. Manchester: Manchester University Press, 2015, pp. 1–17. Disponible en: [suspicious link removed]. Consultado el: 22 jul. 2024.

5. QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, vol. único, pp. 55-68, 2005. Disponible en: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Consultado el: 24 mar. 2024.

Decoloniality approach in nursing education: a scoping review

INTRODUCTION: Decoloniality is premised on rethinking knowledge and practices that begin and are sustained by colonial invasion. Thus, this concept is established as a critique that allows for the visualization and destructuring of the hierarchical relations of race, gender, and class that shape the life, thought, spirituality, and health of countless peoples (Mignolo; Walsh, 2018). In this dynamic, coloniality is present in the field of scientific production and in schools, being transmitted through curricula. Curricula, both explicit and implicit, delegate which groups are represented and which are totally excluded, just as they dictate which knowledge is legitimate and which is illegitimate, establishing notions of race, class, gender, and sexuality, forcing subjectivities to reproduce colonial logic (Gomes, 2018). Nursing is embedded in the historically structured dynamics arising from Eurocentrism, colonialism, and racism, in a way that influences its practice, discourse, and teaching (Sweet; Hawkins, 2015; Georges, 2003). Based on this, it is necessary to comprehend how nursing education responds to coloniality based on decolonial thought, in order to understand its contribution to the structure and practice of teaching.

OBJECTIVES: To analyze decoloniality approaches in higher nursing education.

METHODS: The study utilized a scoping review, structured according to the PRISMA-ScR International Guide with the research question, using the PCC strategy: "What is the approach to decoloniality (concept) in the professional education (context) of nurses (population)?". The chosen databases were Web of Science, Scopus, VHL/LILACS, Embase, Medline via PubMed, and PsycINFO. Different combinations of descriptors were used, according to the specificities and Boolean operators of each database, including terms such as: decolonization, anti-racism, ethnocentrism, feminism, and anti-oppression. These descriptors derived from the theoretical and experiential repertoire of the researchers, recognizing the emergent and multifaceted nature of the decoloniality concept. The inclusion criteria defined for study selection were: being articles, dissertations, theses, monographs, or books available in full text; addressing undergraduate nursing education; and addressing the theme of decoloniality. The screening of articles was conducted independently in the Rayyan software by two reviewers in two stages: evaluation of titles and

abstracts, followed by full-text reading to confirm eligibility. Any disagreements were resolved by consensus or by a third reviewer.

RESULTS: The search resulted in 1,098 publications for screening and, as a final result, after applying the criteria, 37 studies were obtained. To systematize the diversity of approaches, an interconnection of six factors was adopted: situated collectivity, based on the description of the subjects involved and their locus of enunciation; educational objectives; theoretical frameworks; target groups; provisions, these being the necessary means for educational strategies to be implemented; and intervention models, this being the conceptual-operative core of the approaches and their main methodological expression. Only one article evidenced the situated positionality of the authors, presenting them and acknowledging their benefits from colonizing policies that displace indigenous communities. As an objective, combating racism/anti-racism appears in first place (23.6%), followed by developing cultural safety (19.1%) and changing/adapting the curriculum (15.7%). The most utilized theoretical framework is, namely, Decolonial Thought (n = 16, 29%), followed by Cultural Safety (n = 10, 18%) and Anti-racist Pedagogy (n = 7, 12%). 30 studies named the target groups of the teaching approaches, with indigenous peoples being predominant (n = 14, 47%), followed by non-white people (n = 7, 23%) and Black people (n = 4, 13%). Thus, the focus on racialized groups translates a critical recognition of bodies and territories historically subalternized by colonial practices and, therefore, constitutes a foundational element of decolonial pedagogies which, when linked to the objectives and frameworks, makes it possible to see the reflection of the historical constitution of coloniality itself, in which race operates as a structuring axis of forms of domination, exclusion, and knowledge production (Quijano, 2005). When categorizing provisions, the need for curricular change appears in 18.9% (n=7) of the texts, emerging as a way to institutionalize decolonial approaches. As strategies to effect such transformation, there is the creation of structuring guidelines, through historical analysis, use of counter-narratives, structural competency, and critical autoethnography and reflexivity through a framework. Beyond curricular revision, academic regulation with the definition of anti-racist competencies and curricular standards is necessary. In 5% (n=2), partnership with local communities arises

as collaboration for curriculum development and the other for knowledge development from partnerships with indigenous peoples and marginalized groups. The terms categorized as intervention models define the main focus and structure of the approach, functioning as an organizing operative principle, these being: curricular, followed by learning, university program, faculty development, and institutional. Some texts possessed more than one model. In the curricular model, representing 56.5% (n = 26) of the cited models, the curriculum is treated as the main object of intervention, either directly, such as proposing or implementing curricular change, or indirectly, such as creating disciplines, courses, and workshops to address decoloniality. In learning (n = 8, 17.3%), some articles bring specific pedagogical approaches such as Service and Community-Based Learning, Affective Learning, Relational Learning, and Collaborative Learning, and despite their distinct theoretical origins, all converge in recognizing that learning is fundamentally constituted in the relationship with the other. In university programs (n = 7, 15.2%), initiatives such as the creation or maintenance of university tools beyond curricular guidelines and direct applied classroom processes were encompassed, such as extension projects, mentoring, and the formation of committees and forums. In faculty development (n = 4, 8.7%), the focus lay on the training and development of the teaching staff, recognizing the need to prepare them to implement new curricula and deal with the complexities of decolonial themes. In the institutional model (n = 2, 1%), the focus was the transformation of institutional management practices to sustain paradigm shifts.

CONCLUSION: Decoloniality in nursing education presents multifaceted approaches. Such approaches tend to prioritize anti-racism, positioning race as a structuring axis, and this, although necessary, can evidence the difficulty of incorporating intersectional perspectives, such as class, gender, and sexuality. The decolonial curricular debate remains anchored by paradigms that silence indigenous, Afro-diasporic, and community knowledge. Thus, in reality, even when curricular strategies are announced as decolonial, they operate within an epistemic project that privileges superficial reforms and does not reach deeper disputes over the redistribution of power and structural transformation. Therefore, there is a need for a systemic reformulation of the conditions of

knowledge production at the levels of educational planning, encompassing structuring guidelines for the teaching of the profession; institutional planning, focusing on managerial paradigm shifts; and curricular planning, through curricular transformations with collective construction. These changes must recognize and value the voices and knowledge of indigenous peoples, marginalized individuals, and other worldviews in the planning of teaching and learning, encompassing relational processes of students both inside the classroom, with their peers and with faculty trained in the complexity of the themes, and in practical experience, given the need to articulate decolonial praxis.

REFERENCES:

1. GEORGES, Jane M. An emerging discourse: toward epistemic diversity in nursing. Advances in Nursing Science, [S. l.], vol. 26, no. 1, pp. 44–52, 2003. DOI: 10.1097/00012272-200301000-00007. Available from: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12611429/. Accessed on: July 22, 2024.

2. GOMES, Nilma L. The Black Movement and black intellectuality decolonizing the curricula. In: Decoloniality and Afrodiasporic thoughts. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 247-275.

3. MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. On decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis. Duke University Press, Durham, 2018.

4. SWEET, H.; HAWKINS, S. Introduction: Contextualising Colonial and Post-Colonial Nursing. In: SWEET, H.; HAWKINS, S. (eds.). Colonial Caring: A History of Colonial and Post-Colonial Nursing. Manchester: Manchester University Press, 2015, pp. 1–17. Available from: [suspicious link removed]. Accessed on: July 22, 2024.

5. QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, eurocentrism and Latin America. In: The coloniality of knowledge: eurocentrism and social sciences. Latin American perspectives. CLACSO, single vol., pp. 55-68, 2005. Available from: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Accessed on: Mar. 24, 2024.

Palavras-chave: descolonização; educação em enfermagem; antirracismo.